



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. II (2001)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Luiz Filipe de Alencastro. 2000. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 525 pp. [recensão]*

Ângela Domingues 

Como Citar | How to Cite

Domingues, Ângela. 2001. «Luiz Filipe de Alencastro. 2000. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 525 pp. [recensão]*». *Anais de História de Além-Mar* II: 455-460. <https://doi.org/10.57759/aham2001.46959>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2001. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2001. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

culturales de la América colonial, donde ejercieron el control y monopolio del sistema educativo y, em buena medida, de la cultura escrita» (p. 160). 90% dos inventários dos clérigos incluem livros, que em termos absolutos representam 45% do total de livros inventariados. Quanto à estrutura temática, a impossibilidade de identificar quase metade dos livros dificulta uma análise mais rigorosa, mas em todo o caso é possível detectar uma (lógica) predominância dos de temática religiosa sobre os de temática laica, que no entanto se encontra representada de forma expressiva. O Autor não deixa, também aqui, de inventariar autores e títulos das obras identificadas, procurando tipificar, sempre que possível e relativamente a cada campo – religião, direito, gramática, literatura, história, clássicos, técnico-científico – os autores e as obras de circulação mais intensa.

Depois de uma Bibliografia concisa, actualizada, que no entanto não contempla, provavelmente por lapso, todas as obras citadas em nota de rodapé, o Autor publica, em Apêndice (pp. 213-260), a documentação consultada: os registos dos livros partidos nas frotas de 1583, 1584 e 1605, os inventários de Pedro Durango e de Cristóbal Hernández, os livros constantes dos autos dos *Bienes de Difuntos* e a relação dos imigrantes a que estes autos respeitam. Para além da sua importância intrínseca, esta documentação tem para nós um interesse suplementar, já que encontramos, e com relativa abundância, a presença de vários autores e obras portuguesa. É o caso, por exemplo, de três exemplares de *Os Lusíadas* de Luís de Camões, cinco da muito difundida obra de Frei Heitor Pinto, *Imagens da Vida Cristã*, doze exemplares da gramática latina do jesuíta Manuel Álvares, e ainda autores como Jerónimo Osório, Aires Pinhel, Jerónimo Corte-Real, além de algumas obras relativas a Portugal no quadro da monarquia dual.

A obra *Los Mundos del Libro. Medios de Difusión de la Cultura Occidental en las Indias de los Siglos XVI y XVII* é um excelente estudo, inovador e rigoroso, quer em termos de problemáticas quer em termos metodológicos. E um dos seus vários méritos é, sem dúvida, a escolha das fontes estudadas, tradicionalmente consideradas sobretudo sob o prisma da história económica, que o Autor aqui «reinventa», modelarmente, para um campo historiográfico distinto. A obra de González Sánchez sobre a presença do livro e da cultura escrita na América espanhola, tendo por base a enorme massa documental constituída pelos registos das frotas e pelos inventários dos *Bienes de Difuntos*, representa uma abertura importante e certamente decisiva para investigações ulteriores que, como assinala o Autor, em Espanha começam agora a dar os seus frutos.

ANA ISABEL BUESCU

Centro de História de Além-Mar

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

LUIZ FILIPE DE ALENCASTRO, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, 525 pp.

As correntes historiográficas mais recentes sobre a escravatura da época moderna concebem-na como um dos mais significativos elementos que permitiram a incorporação do Novo Mundo na economia internacional. Partindo do princípio de que os imensos e fertilíssimos terrenos agrícolas americanos por si só de pouco valiam, estas teses consideram que a integração da América na economia mundial ocorreu com a introdução regular de escravos africanos. Foi o trabalho coercitivo dos negros que permitiu que os países europeus beneficiassem amplamente das suas conquistas no Novo Mundo, quer se considere o caso do açúcar no Brasil, Antilhas ou Caraíbas, das peles, peixe e ma-

deira na Nova Inglaterra ou da exploração mineira nas Índias de Castela e no Brasil ¹. Há, ainda, que mencionar que, nesta acepção, a escravatura e os mecanismos que lhe estão associados unificaram o Norte e o Sul da América, a Europa e a África, utilizando-se, para tal, do oceano Atlântico enquanto placa giratória que uniu os três continentes enunciados e permitiu a circulação de pessoas, produtos, capitais, serviços e ideias, dando origem a uma economia triangular que encontrava os seus vértices nos reinos europeus, nas colónias americanas e nos portos negreiros ².

O livro em análise, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*, insere-se nesta perspectiva ao estudar a formação do Brasil no quadro do Atlântico Sul, ou mais particularmente de Angola, entendida como zona de reprodução e abastecimento dos escravos que alimentavam as plantações e engenhos do outro lado do Atlântico. Pese embora esse predomínio, o que de facto encontramos é um estudo de história comparada que extrapola, em muitos casos, o âmbito geográfico inicialmente definido ou os limites cronológicos previamente determinados. Surgem considerações incontornáveis acerca das colónias hispânicas, cujo mercado foi considerado, durante algum tempo, prioritário na colocação de escravos saídos dos portos lusos, adquiridos a troco de um volume considerável de ouro, prata, cacau venezuelano e outros produtos americanos; sobre as relações e os jogos de poder entre as cortes de Madrid e Lisboa com a república holandesa; com o declínio da produção sacarina insular madeirense e de São Tomé, bem como a ascensão dos mercados concorrentes das Caraíbas e Antilhas; sobre o entendimento das relações internas políticas, diplomáticas e económicas de reinos e sobados africanos ou das redes de influência e autoridade pretendidas por governadores, missionários e aventureiros junto de monarcas e régulos.

A obra parte da premissa de que, durante a época em análise, o Brasil era um espaço colonial descontínuo, formado por enclaves marítimos, de que os mais relevantes seriam Pernambuco, o Rio de Janeiro ou a Baía, e por espaços «continentais», constituídos pelo Maranhão e São Paulo. Aos «Brasis» dos senhores de engenho e da agricultura escravagista africana, produtores não só de açúcar, como de mandioca, cachaça, tabaco e gado, prioritariamente vocacionados para o trato africano, contrapunham-se outros «Brasis»: os das bandeiras e dos bandeirantes, que usavam os índios como força produtiva e o sertão como área de expansão e desenvolvimento económico. A integração deste mercado interno brasileiro no circuito de trocas atlânticas só ocorreria no século XVIII, com a descoberta de ouro no interior das minas.

Para Alencastro, a identidade colonial dos espaços marítimos brasileiros, construída ao longo de Seiscentos alicerçou-se, assim, nas relações de complementaridade estabelecidas com os seus congéneres do outro lado do Atlântico: o Rio de Janeiro e Pernambuco com Angola, a Baía com Cacheu e Mina. São estas ligações estabelecidas entre os «Brasis» litorâneos e os portos de África que originam, em nosso entender, uma das questões mais aliciantes abordadas por Alencastro neste *O trato dos viventes*: a da construção de um comércio bi-polar do Brasil, e particularmente desse porto em ascensão que é o Rio de

¹ Esta perspectiva encontra-se presente, por exemplo, nos estudos que dão origem à colectânea coordenada por Barbara L. SOLOW, *Slavery and the rise of the Atlantic system*, Cambridge, Nova Iorque, e Melbourne, Cambridge University Press, 1991, onde, aliás, foi publicada uma versão do primeiro capítulo da obra de Alencastro com o título «The apprenticeship of colonization».

² A concepção de economia colonial triangular para o caso português no Atlântico Sul foi magistralmente realizada por Frédéric MAURO, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670). Étude économique*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1983.

Janeiro de Seiscentos, com Angola³. Gerador de uma dinâmica própria, este comércio estabeleceu-se e cresceu à margem de Portugal reinol e do «clássico» comércio triangular entre o reino, a colónia americana e os portos africanos, alimentado por escravos e por outros produtos que os escravos, também eles considerados mercadoria, podiam transportar ou consumir.

A noção de que os portos comerciais dos dois lados do Atlântico português se apresentavam como alvos conjugados foi um elemento estratégico facilmente apreendido por portugueses, espanhóis e holandeses⁴. Esteve, de igual forma, na origem da abertura da frente de combate luso-brasileira que desalojou os neerlandeses da West-Indische Compagnie de Angola e que procurou, através das guerras aos sobas angolanos, do contrabando e da pilhagem, abastecer de escravos negros os mercados hispano-americanos e os engenhos de açúcar nordestinos.

É nesta concepção seiscentista da complementaridade entre os portos americanos e os enclaves africanos que Alencastro explica a conquista de Angola pelos Sá em 1648: como um empreendimento que pretendia alimentar o comércio marítimo entre o Rio de Janeiro e o estuário platino, activado pelo comércio negreiro e pela prata do Potosi. Ora tanto na compreensão deste processo mercantil, quanto no da hegemonia política, administrativa, religiosa, social e económica do porto fluminense, a biografia de Salvador Correia de Sá, as suas redes de influência, as ligações familiares com a aristocracia platina e os anseios do reino sobre uma possível traição do governador à causa bragantina, são utilizados como peça imprescindível.

A mesma metodologia (o conhecimento biográfico) é, de igual modo, utilizada para abordar a presença dos veteranos da guerra da restauração pernambucana na reconquista de Angola, tendo à sua frente uns celeberrimos João Fernandes Vieira ou André Vidal de Negreiros⁵. Na vontade expansionista de uma aristocracia política e agrária que considerava o Brasil (o seu Brasil) pequeno de mais para satisfazer ambições sociais, políticas e económicas, Angola surgia, então, como local de recompensa pequena, embora de contrabando e pilhagens rentáveis de africanos, tornados escravos para proporcionar o crescimento económico e a prosperidade do Brasil dos engenhos nordestinos. Ao serem utilizados nesta perspectiva, os estudos biográficos dos Sá ou dos restauradores pernambucanos proporcionam um melhor entendimento do processo formativo de uma nova nobreza colonial surgida após a Restauração. Era esta nobreza que a dinastia dos Bragança considerava indispensável à defesa e preservação das conquistas coloniais.

No início desta recensão mencionámos que a linha historiográfica em que *O trato dos viventes* se integra concebe o Atlântico como um elo de união. Alencastro expressa esta posição ao considerar que o Brasil se formou e prolongou, de forma intrínseca, em Angola: os ventos e as correntes oceânicas ligavam naturalmente os portos brasileiros aos africanos e facultavam a transferência de escravos de África em detrimento do transporte de índios entre capitânias. Para fundamentar mais solidamente esta opinião, o autor da obra menciona, assim, o trânsito de indivíduos, não só africanos, como conquistadores brasileiros, colonos reinóis, lançados e degredados, vendedores de cachaça e «multidões de

³ Sobre este assunto, cf. Maria Fernanda BICALHO, *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa*, tese de doutoramento apresentada na Universidade de São Paulo, 1997.

⁴ Para o caso holandês veja-se Johannes Menne POSTMA, *The Dutch in the Atlantic Slave trade, 1600-1815*, Cambridge, Nova Iorque e Victoria, Cambridge University Press, 1990.

⁵ Cf. José António Gonsalves de MELLO, *João Fernandes Vieira, mestre de campo do terço de infantaria de Pernambuco*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000; Evaldo Cabral de MELLO, *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2ª edição, 1998.

gente grosseira»; refere, igualmente, a presença de holandeses que, depois de conquistarem o Nordeste brasileiro, reconheceram a necessidade de ocupar enclaves em África; reconhece que, paralelamente ao tráfico negreiro, se desenvolveu um comércio de mercadorias, que podia ou não estar ligado ao trato humano mas predominantemente vocacionado para o mercado africano; enfatiza, de igual modo, a migração de espécies vegetais que permitiram não só melhores condições de sobrevivência na travessia da *passagem do meio*, mas também a alimentação de quantidades consideráveis de indivíduos nos portos de trato enquanto aguardavam transporte, facultando, consequentemente, a ascensão de Luanda a grande porto negreiro; menciona, de igual forma, a transmigração de doenças, embora num único sentido: de África e da Europa para a América. Através do oceano circulavam indivíduos e transportavam-se mercadorias, traziam-se motivações económicas e ambições políticas, transplantavam-se técnicas de guerra e de destruição; aclimatavam-se culturas que alteravam os hábitos alimentares, homens que no Brasil se afeiçoavam aos climas adversos africanos e adaptavam-se experiências colonizadoras.

Um dos aspectos que consideramos aliciante neste livro consiste no repensar da história colonial brasileira, patente nas reinterpretações e reutilizações de factos bem conhecidos da historiografia tradicional para fundamentar as teses expostas. Por exemplo, referimos que o autor parte da premissa de que, no século XVII existem vários «brasis» e, consequentemente, diferentes políticas de exploração colonial. Um dos argumentos utilizados para comprovar tal é o da simultaneidade e contraste «das duas mais longas expedições do Novo Mundo» português: as campanhas de Salvador de Sá em Angola, demonstrando o interesse do Rio de Janeiro na captação de mão-de-obra africana e expansão territorial em Angola, e a «bandeira dos limites» de António Raposo Tavares, como expressão da vontade paulista em procurar escravos entre as etnias ameríndias habitantes do sertão. Esta relação não foi, até agora, convenientemente valorizada.

Considere-se, ainda, um outro caso: o da participação do bandeirante Domingos Jorge Velho na destruição de Palmares. O quilombo de Palmares e os núcleos de resistência à dominação colonial têm sido estudados de forma válida por historiadores e arqueólogos ⁶. O que surge de novo neste *O trato dos viventes* é a explicação encontrada por Alencastro para a participação de um paulista na empresa. Segundo o autor, o envolvimento de Domingos Velho justifica-se não pela obtenção de terras férteis (já ocupadas em S. Paulo mas abundantes a Oeste), ou mão-de-obra indígena (que embora se tornasse cada vez mais difícil de obter devido às proibições legais, não era de todo inacessível), mas pela conquista do acesso directo a um porto marítimo que facilitasse a comercialização das mercadorias paulistas no circuito atlântico. Devemos, contudo, observar que, para um leitor iniciado, fica pouco clara esta necessidade de buscar um porto a norte do rio S. Francisco quando o acesso aos portos oceânicos se podia fazer através do Caminho do Mar, que ligava o planalto paulista a Santos utilizando carregadores índios ⁷.

⁶ Como exemplo, vejam-se os estudos de Pedro FUNARI, Richard PRICE, Ronaldo VAINFAS e Sílvia Hunold LARA em João José REIS e Flávio dos Santos GOMES (organizadores), *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁷ Uma possível explicação pode ser encontrada em John M. MONTEIRO. Este autor considera que os ameríndios eram um meio de transporte económico e eficiente mas acrescenta que, a partir de finais do século XVII, houve o esgotamento das reservas de mão-de-obra ameríndia, uma queda dos preços do trigo e uma limitação no mercado de Santos. Consequentemente, ocorreu o declínio da economia paulista, fortemente sentido a partir dos anos 70 do século XVII. Resta mencionar que Palmares foi destruído em 1694, embora se associe a presença de Domingos Jorge Velho a Pernambuco a partir de 1685, altura em que pretendeu investir contra os índios da capitania. As intenções das autoridades governativas em utilizar os seus serviços para destruir Palmares datam de 1687 (cf. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de*

De relevância nesta obra se assume o problema jurídico e teológico da escravidão e as considerações morais, éticas e religiosas que esta questão suscitou junto de pensadores laicos e eclesiásticos. Ao longo de diversos capítulos vão-se definindo as contradições legais entre a defesa da liberdade índia e a apologia da escravidão africana; refere-se como, numa fase inicial, os negros vieram atenuar as tensões sociais sentidas na sociedade colonial brasileira, dividida entre a defesa dos ameríndios e a sua utilização como mão-de-obra compulsiva; mencionam-se, igualmente, os mecanismos de protecção criados pelas sociedades coloniais lusas em relação a ameríndios e africanos; e, sobretudo, desvenda-se que, quer no Brasil quer em África, houve inúmeras infracções e abusos, bem como infinitos confrontos: entre a legislação e os interesses locais ou supra-regionais, entre os governadores e os outros elementos das sociedades coloniais, entre leigos e eclesiásticos. Presente está também a utilidade que as alianças celebradas com ameríndios e negros significaram para os portugueses, na medida em que, por exemplo, incorporaram guerreiros temíveis, como os potiguaros e os jagas nos exércitos lusos, mas o autor não menciona as contrapartidas que índios e africanos esperavam obter desses acordos.

O que fica claro desta exposição é o processo de «dessocialização» e «despersonalização» sentido pelos diferentes grupos étnicos dos dois lados do Atlântico: entre os índios, devastados pelas doenças recém-introduzidas, descidos dos seus territórios étnicos e aldeados próximo dos núcleos de colonização luso-brasileiros, servindo de escudo protector de colonos face a ataques de europeus ou de outros índios; e com os africanos, objecto de vendas sucessivas e sujeitos a uma forma extrema de desenraizamento geográfico e desvinculação social e cultural.

Ao conceber a formação do Brasil do lado ocidental do Atlântico, Alencastro considera imprescindível o conhecimento dos meandros da história angolana: não exclusivamente os das relações dos conquistadores luso-brasileiros com os povos angolanos ou os das consequências do tráfico negreiro nas etnias africanas. A concepção de *O trato dos viventes* pressupõe a sobreposição de áreas que, tradicionalmente, são consideradas como exclusivas das histórias de África ou do Brasil colonial. É assim que, com a mesma intensidade que as campanhas de Salvador de Sá lhe suscitam, o autor trata de Jinga, a rainha «comedora de gente», de António I, o Mani Mulaza, rei do Congo, antigo aliado aniquilado na batalha de Ambuíla ou dos temíveis guerreiros jaga. Menciona-se a existência de circuitos comerciais de tráfico inacessíveis a europeus e de feiras de comércio de escravos no interior do território onde os portugueses tinham uma posição privilegiada por comparação com os outros europeus. Refere-se, igualmente, a imagem que a Europa vai construindo destes mundos exóticos, bárbaros e selvagens no coração de África, através das relações dos padres capuchos ou das embaixadas que os soberanos congolezes enviam ao Papa e aos seus «irmãos» europeus.

Na elaboração deste *O trato dos viventes*, Alencastro apoiou-se em uma vasta e actualizada bibliografia que lhe permitiu não só fundamentar uma formação conceptual sólida, como uma vasta informação sobre questões específicas ou áreas geográficas concretas. Importa fazer apenas uma observação irrelevante em relação à organização bibliográfica que se nos afigura algo confusa, agrupada em fontes primárias manuscritas (consultadas em arquivos portugueses, brasileiros e franceses), fontes primárias impressas (coleções, nobiliários, memoriais, miscelâneas, documentos avulsos transcritos, instrumentos de pesquisa), obras dos séculos XV, XVI e XVII (histórias, tratados, crónicas, relatos de viagens, tratados, documentos avulsos), outras obras citadas [nas quais insere fontes setecentistas

S. Paulo, S. Paulo, Companhia das Letras, 1994, pp.126; e Pedro FUNARI, «A arqueologia de Palmares. Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana», in *Liberdade por um fio*, ss; p. 32).

que, contudo, utiliza no texto com a relevância de fontes primárias, como é o caso de o *Ethiophe resgatado* de Manuel Ribeiro Rocha, editado em 1758 (p. 186)] e *teses e comunicações não publicadas*

ÂNGELA DOMINGUES

Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do IICT

GENEVIÈVE BOUCHON – *Inde découverte, Inde retrouvée, 1498-1630. Études d'histoire indo-portugaise*, Lisboa/Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1999, 402 págs.

Geneviève Bouchon, directora de investigação honorária do CNRS (Paris), é uma historiadora francesa que tem colaborado activamente com especialistas e instituições nacionais ao longo dos últimos anos e, mormente, com o Centro de História de Além-Mar. Investigadora de formação orientalista, sobretudo interessada na Ásia do Sul, tornou-se lusitanista por via da contribuição que as fontes portuguesas poderiam trazer à história da Índia medieval. Neste particular, o seu percurso académico lembra o do recém-falecido Jean Aubin, cujos trabalhos têm vindo a ser igualmente reeditados pela Fundação Calouste Gulbenkian (*Le Latin et l'Astrolabe*, 2 volumes; em preparação o volume III). Na fase mais recente da sua carreira, ciente da importância da marca que os indivíduos deixam na história, Geneviève Bouchon dedicou-se à redacção das biografias de Afonso de Albuquerque (1992; tradução portuguesa Quetzal, 2000) e Vasco da Gama (1997; tradução portuguesa Terramar, 1998).

Inde découverte, Inde retrouvée é, de certo modo, uma versão melhorada da colecção de estudos da autora, publicada pela Variorum Reprints em 1987 (*L'Asie du Sud à l'époque des grandes découvertes*). Sob um título bem achado – que evoca a descoberta ao mesmo tempo que sugere o reencontro, tal qual fez Montalbodo na primeira colectânea de viagens de descobrimento publicada na Europa (1507) –, reúne-se quase uma vintena de artigos publicados ao longo de cerca de trinta anos de trabalho. A hegemonia pertence de todo ao século XVI, apenas quebrada por um texto dedicado à presença de Pyrard de Laval na Índia (1601-1610).

Alguns destes artigos, como o que trata da história dos muçulmanos do Kerala no momento da chegada dos Portugueses, ou um outro sobre os Reis de Kotte na mesma época, constituem exercícios modelares de como fazer história local tirando partido das informações colhidas nos documentos europeus. Já outros se reconhecem melhor na cómoda etiqueta da «história indo-portuguesa». Destaque ainda para o sólido estudo sobre a imagem da Índia na Europa da Renascença (a revista *Oceanos* publicou a respectiva versão portuguesa no seu n.º 32) ou, no quadro da agora muito glosada temática dos mediadores culturais, para o curto trabalho sobre os primeiros intérpretes portugueses na Ásia. O balanço de uma década de investigação no âmbito da história indo-portuguesa, ainda que desactualizado porquanto termina em 1988, continua a ser lido com proveito.

O volume encerra com um breve conjunto de resenhas críticas («chroniques bibliographiques») – sólidas discussões de obras de autores como M. N. Pearson, A. Disney e C. R. Boxer – e com um útil glossário. Fazia falta um bom índice analítico.

Resultado de uma bem sucedida parceria editorial entre o Centro Cultural Calouste Gulbenkian (Paris) e a Comissão dos Descobrimentos, esta oportuna colectânea de estudos de Geneviève Bouchon constitui um volume rico de conteúdo e graficamente cuidado.

JORGE MANUEL FLORES
Universidade de Aveiro